

A AGROPECUÁRIA E OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS GOIANOS

Oswaldo Martins RAVAGNANI*

RESUMO: A decadência da mineração e o início da ruralização da sociedade. A política pombalina e a retomada dos aldeamentos oficiais. A segunda fase dos aldeamentos: São José de Mossamedes, Nova Beira, Maria I, Carretão, Salinas ou Boa Vista e Estiva. O indígena e o capitalismo comercial em Goiás nos séculos XVIII e XIX.

UNITERMOS: Mineração; política pombalina; aldeamentos oficiais; capitalismo comercial; indígenas e colonizadores.

“Não entrará pelos olhos a dentro de todo o homem de bom senso que reduzir à vida sedentária homens que não têm artes necessárias para subsistir nela, ou equivale a destruí-los à custa de fome e privações, ou equivale a fazer pesar sobre nós o encargo de sustentá-los?”

(Magalhães, 25: 284).

Em outros dois trabalhos (RAVAGNANI, 39, 40) tratei dos primeiros aldeamentos oficiais criados na província de Goiás. Como afirmei, tiveram início em 1741 com a instalação de três alojamentos para os guerreiros Bororo trazidos de Cuiabá pelo sertanista Antônio Pires de Campos. Este paulista havia sido contratado pelo governador para abater os Kayapó que atacavam – na estrada que ligava São Paulo a Goiás – os comboios que transportavam ouro. Por isso, aqueles indígenas ficaram alojados ao longo deste caminho. Para eles foram construídos o que chamei de quartéis-aldeamentos.

Naquele ano criou-se a chamada Aldeia do Rio das Pedras. Pouco depois, Lanhoso e Picarrão. Ficavam próximos uns dos outros e se localizavam na região que em 1916 se desligou da província de Goiás e se anexou à de Minas Gerais com o nome de Triângulo Mineiro. Tinham como função alojar os Bororo. Nomeei-os de quartéis-aldeamentos,

* Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP – 14.800 – Araraquara – SP.

quando discuti os conceitos de aldeia e aldeamento (RAVAGNANI, 39). Em 1750 foi criado o primeiro aldeamento propriamente dito. Chamou-se Sant'Ana do Rio das Velhas. No mesmo ano surgiu outro, o de São Francisco Xavier do Duro, conhecido também pelo nome de Formiga. Abrigou os recém-pacificados Xakriabá. No ano seguinte foi erigido o de São José do Duro para receber os Akroá que estavam sendo submetidos.

Estes dois últimos formavam a Missão do São Francisco Xavier, edificada e dirigida pelos primeiros jesuítas que vieram à província em 1749. Eles também dirigiram o de Sant'Ana do Rio das Velhas durante sua curta permanência na região. É que, a partir de 1750, o governo de Marquês de Pombal objetivava assumir o controle da imensa população indígena até então sob o poder dos jesuítas. Disputava-se entre outras coisas o domínio sobre a mão-de-obra e o exército em potencial que representavam alguns milhares de índios aldeados. A presença do Estado nos aldeamentos implicava o afastamento dos jesuítas, zelosos de sua soberania.

O início dos atritos entre a Igreja e o Estado em Goiás se deu a partir de 1754 quando o primeiro governador D. Marcos de Noronha elaborou um regimento para os aldeamentos do Duro e Formiga. Com isto seu controle passou das mãos dos jesuítas para as do governador. Os padres não aceitaram. Na disputa com o então administrador do destacamento local tenente-coronel Venceslau Gomes da Silva este saiu vencedor. Os padres se retiraram da Missão temporariamente. Foram acusados de insuflar os índios que se sublevaram em 1757, mataram 17 guardas e fugiram. Voltaram para suas terras e reiniciaram os ataques aos povoados e à estrada do Anhangüera como era chamado o caminho que ligava São Paulo a Goiás.

Muitos indígenas foram recapturados e novas fugas e levantes se sucederam. Os jesuítas acabaram proibidos de missionar em 1758 e foram expulsos da colônia no ano seguinte. No Brasil permaneceram 210 anos; em Goiás, dez. Os aldeamentos continuaram sob direção leiga e com a presença de sacerdotes de outras ordens religiosas. Os poucos Akroá e Xakriabá que os habitavam viviam em constantes assaltos e fugas. Não se construiu em Goiás nenhum outro, nem houve novas pacificações nos vinte e quatro anos que se seguiram, isto é, até 1774-5. A esse período de construções e apogeu dos três quartéis-aldeamentos e dos três aldeamentos que foi de 1741 a 1751, considerei como sendo a primeira fase da história dos aldeamentos em Goiás.

Na década de 1740 "coincidiu" a criação dos primeiros aldeamentos indígenas da província de Goiás com a plena abundância das minas auríferas e florescimento febril dos arraiais. A preocupação da população era extrair o máximo possível de ouro; a do governador era cuidar para que o contrabando fosse coibido. Para isso existiam registros nas poucas estradas. Os índios não deveriam perturbar a economia da colônia e para que assim fosse existiam os quartéis-aldeamentos e o sertanista Antônio Pires de Campos, responsáveis pela manutenção da "ordem" criada pelos conquistadores para seu usufruto.

Por volta de 1750 a mineração apresentou o primeiro sintoma de uma possível decadência. É que arrefeceu o ânimo da população diante dos insignificantes e quase ausentes achados. Até então as bandeiras incumbidas de descobrir novas minas eram

organizadas por particulares. Começaram a partir daí a ser financiadas e organizadas pelo governador, mas “a vã procura se estenderá ainda por muitas décadas, declinando acentuadamente após 1780, mas não se extinguindo totalmente. Também não partem mais da província de São Paulo. As expedições são organizadas nos próprios arraiais goianos” (RAVAGNANI, 37:10-1).

Durante o intervalo de 24 anos entre a primeira e a segunda fase dos aldeamentos – isto é, entre 1751 e 1774-5 – predominou a apreensão das autoridades e mineradores. “As buscas prosseguiram em rios e riachos mais distantes, alcançando as regiões onde os nativos se haviam refugiado, ampliando o número das escaramuças, agora anotadas com maior frequência nos documentos da época. Observamos que a cada recuo da mineração correspondeu um avanço do bandeirismo e os inevitáveis confrontos. A posse do território tribal foi o móvel dessas ações.” (RAVAGNANI, 37:12). PALACIN (34:138) afirma que (...) “ao começar em 1754 a diminuição do produto bruto, o declínio se processa lentamente: em 25 anos decai de um terço a arrecadação do quinto / Mas a decadência psicológica e social antecipava-se ao esgotamento do ouro”.

PALACIN (35:87) em outro trabalho anota: “A ruralização já se vinha processando nas áreas da mineração desde duas ou três décadas antes do fim do século. A população dos arraiais mineiros refluía para o campo. (...) A ruralização ia acompanhada da redução da vida econômica a níveis de pura subsistência na maior parte dos casos”. Esta transição para BERTRAN (4:101) se deu lentamente: Disso resultou que a partir de meados do século XVIII a agricultura goiana progredisse em sintonia com a mineração (...) A transição ouro-agropecuária dá-se portanto ao longo de um século. Sem o primeiro, muito dificilmente o segundo teria as dimensões apresentadas no século XIX.”

Disse acima que a primeira fase de construção dos aldeamentos coincidiu com o período de apogeu do ciclo do ouro. E que o abandono dessa política indigenista durante os 24 anos seguintes concordou com o início da decadência daquele ciclo e o começo da transição para o seguinte, ou seja, a agropecuária, tendo se dado concomitantemente a ruralização da sociedade. A busca incessante de novas minas e pastagens colocou em confronto novamente bandeirantes e população indígena na disputa pelo território. No entanto, agora, a política indigenista posta em vigor pelo marquês de Pombal proibia a devastação das tribos. Apesar de se impor lentamente na colônia, devido ao costume invariado dos colonos de arrasar com as populações tribais.

Mesmo a metrópole titubeou em sua aplicação diante da insistência dos colonizadores. CHAIM (12:90-1) diz: ... “em 1761, pela primeira vez após repetidos pedidos das juntas e das autoridades, e devido à revolta dos índios aldeados no norte, o Rei concedeu ao Governador amplas faculdades para fazer a guerra aos índios, mas sempre sob certas limitações. A partir desse momento instalou-se a guerra ofensiva. As relações entre brancos e indígenas tornam-se bastante difíceis, sucedendo-se a partir de 1760, ataques dos Kayapó no sul e Xavante no norte.” (...) “Destarte, o período compreendido entre 1760 e o Governo de D. José de Almeida Vasconcelos é caracterizado por hostilidades de ambos os lados.”

Em consequência dessas longas hostilidades em que viviam colonizadores e índios, havia entre eles muita animosidade e os primeiros eram contrários ao aldeamento dos segundos, considerando-o impossível. Ainda assim insistiu D. José de Vasconcelos em obedecer e praticar a política de civilização dos índios idealizada pelo diretório (CHAIM, 12:92). Para tanto, comunicou à metrópole sua intenção de enviar bandeiras para descobrir novas terras e atrair os índios com suavidade, o que fez em 1774.

Na resposta a corte criticava os métodos até então utilizados pelos portugueses “caçando os índios como fera, matando-os e escravizando os sobreviventes” o que levaria a guerras intermináveis. Elogiava os métodos francês e inglês na América do Norte, onde se conquistavam os indígenas com agrados e condenava o espanhol que havia despovoado suas colônias e agora precisava “despovoar seu próprio continente para reparar em parte as ruínas causadas pelos bárbaros descobridores” (12:92-3).

Para CHAIM (12:93): “O momento exigia a intensificação de pacificação do índio, visto que a mineração entrara em franca decadência e novos meios de vida se impunham, no caso, a implantação da agricultura que requeria braços para a sua sustentação.” Daí a necessidade de redução pacífica e aldeamento para expandir os núcleos de povoamento. Também, para procurar novas minas em territórios ocupados por indígenas era preciso primeiro pacificá-los e aldeá-los. Assim iniciou-se em 1774-5 a segunda fase de construção de aldeamentos em Goiás e que durará por um período de 13 anos, quando serão construídos seis. Esta política consistia em aumentar e dispersar a população da capitania integrando-a no processo de colonização.

Segunda fase dos aldeamentos

Aldeamento de São José de Mossâmedes

Foi construído no governo de D. José de Almeida Vasconcelos para ser o “protótipo de uma exemplar escola de catequese que atraísse o indígena”, segundo DOLES (16:29). ALENCASTRE (1:287) diz: (...) “a idéia que mais afagava o seu espírito era a criação de um aldeamento modelo próximo a Vila Boa, que estivesse sob a proteção e as vistas imediatas do governador. / Esse projeto foi levado avante indo ele mesmo escolher e demarcar a cinco léguas de Vila Boa o terreno em que devia ele ser fundado, ao qual deu logo o nome de São José de Mossâmedes, que não só recorda o nome próprio do seu fundador, como o seu solar de Mossâmedes. / Em 15 de novembro de 1774 dava ele a seguinte ordem ao Dr. Joaquim José Freire de Andrade: ‘O Dr. provedor da fazenda real e diretor geral dos índios, tomando juramento a dois homens de verdade e inteligência, mande avaliar a roça de José Vaz, aonde tenho determinado e demarcado a nova aldeia de São José de Mossâmedes’,...”

No entanto, MATTOS (28:243-4), CHAIM (12:118), SOUSA (46:494)* e SAINT-HILAIRE (42:104) afirmam que São José de Mossâmedes foi construído em 1755. Para Mattos ele foi reedificado em 1774 por D. José de Vasconcelos. Outros autores, como GALLAIS (21:75-6), ALENCASTRE (1:306-7), CASAL (9:236), SILVA (43:157-8) e o próprio governador que o construiu – em carta datada de 15 de novembro de 1774 e dirigida ao provedor da Real Fazenda (Vasconcelos, 47:100) – asseguram que foi construído e não reedificado naquele ano. Nesta carta o governador escreveu: ... “fui várias vezes atrás da serra Dourada a procurar uma situação proporcionada a este novo estabelecimento deixando ultimamente na distância de oito léguas desta Vila, lançadas as primeiras linhas, à Aldeia de S. José de Mossâmedes, aonde mandei fazer uma grande roça para os novos habitantes” (...) “Em a nova Aldeia de S. José deixei os dias passados ordem para se fazerem ranchos de beira no chão que sirvam de abrigo aos novos moradores interinamente, observando-se sempre a ordem que no plano da situação vai indicada”... (47:105-6). Parece, portanto, não haver dúvidas de que foi construído em 1774 (Cf. RAVAGNANI, 37:84-5).

Em 1778, no fim de seu governo, D. José de Vasconcelos fez um minucioso relatório dando conta da situação política, financeira e militar da capitania. Com relação a S. José de Mossâmedes diz: “Nestas circunstâncias, concebi a necessidade de fazer à primeira nação dos Akroá um estabelecimento regular e permanente que se fizesse invejar de todos os índios silvestres, que de visita saíssem ao povoado, servindo como de universidade aos que se quisessem aldear; escolhendo a este fim uma paragem agradável de campo, boas águas e muitos matos: delineei um edifício regular cuja planta pretendo ter a honra de fazer presentear a S. M. Fidelíssima, passando a estabelecer grandes roças, uma boa fazenda de gado vacum, e as manufaturas que o número dos habitantes podia animar e que se faziam compatíveis com a abundância dos gêneros comestíveis.” (ALENCASTRE, 1:306-7).

Realmente São José de Mossâmedes foi o aldeamento mais suntuoso da província (MATTOS, 28:243-4). E isto se explica porque D. José de Vasconcelos pretendia seguir à risca a política indigenista pombalina. Segundo CHAIM (12:91) “Somente a partir da segunda etapa que se estende do Governo de D. José de Almeida Vasconcelos ao final do século, será aplicada de forma efetiva e sistemática a política pombalina. A partir desse momento começa-se a insistir na necessidade de utilizar-se o indígena para ocupação efetiva do território.” (...) “D. José de Almeida Vasconcelos [foi um] fiel cumpridor das determinações de Pombal de cujas mãos recebeu o poder para governar.”

Toda esta segunda fase se caracterizou pelas construções sólidas, pois as ordens régias após 1780 “determinavam que as casas dos aldeamentos ‘fossem de boa madeira, falquejadas e arrumadas para assim possibilitar o estabelecimento mais tarde de uma agradável povoação”. (CHAIM, 12:120). A mesma autora (12:226) enumera os edifícios de Mossâmedes: igreja, palácio ou casa de residência dos generais, casa da roda de fiar

* Embora na p. 458 afirme que foi construído por Vasconcelos que governou de 1772 a 78 e “Fez erigir com grande despesa a aldeia de S. José”...

algodão com 190 fusos e 8 teares, casa do vigário, do hospital, do cirurgião, quartéis dos índios, paiol, engenho de farinha de mandioca e cana, moinho, engenho velho, casa do carro, curral e cemitério.

SAINT-HILAIRE (42:107-8) afirmou que "Essa povoação situada no cume de uma colina e dominada pela serra Dourada, é rodeada por morros que não são mais altos do que a própria colina; os edifícios que a constituem, estão dispostos ao redor de um vasto terreiro de 145 passos de comprimento por 112 de largura e apresentam um conjunto de regularidade perfeita. A igreja, edifício singelo e de bom gosto, ocupa o meio de um dos pequenos lados desse quadrilátero alongado. Em cada ângulo do polígono está um pavilhão de dois pavimentos; e as outras construções constam apenas do rez-do-chão. Estas últimas servem, em parte, de morada aos soldados encarregados da guarda dos CAYAPÓS; o general tem aí também um alojamento muito agradável e por trás desse há um jardim bastante grande, regado por um córrego que foi desviado para o serviço da aldeia; outra porção, enfim, é utilizada como celeiro e nele se deposita a colheita das plantações comunais. O resto das construções, originariamente reservado para os índios, está hoje em dia em parte vago, "... (Cf. ALENCASTRE, 1:100; J. NORBERTO, 23:528).

Como às vezes acontece, os índios não gostaram das moradias. Diz SAINT-HILAIRE que se acharam frias e por isso construíram oito ou dez bem próximas do aldeamento, com teto de sapé e a estrutura de madeira, como as casas dos brancos. Porém, a maior parte delas foi construída a uma légua de distância, nas suas plantações (Cf. GALLAIS, 21:75-6). SAINT-HILAIRE (42:110), baseando-se em SOUSA (46:494), afirma que o aldeamento custou aos cofres públicos 67.346,066 réis* e pergunta: "Para que, por exemplo, uma residência de recreio para os governadores da capitania na Aldeia de S. José e na Aldeia Maria? Para que, nas aldeias de índios, essa imensidade de construções que não deveriam ser jamais habitadas pelos índios?"

No início os AKROÁ foram transferidos para São José – como ficou conhecido o aldeamento – depois de se terem novamente sublevado no Duro e os chefes dessa rebelião serem condenados à morte e executados. (SOUSA, 46:458; SAINT-HILAIRE, 42:104; MATTOS, 28:355). Mas logo desapareceram por extinção ou porque se dispersaram. Em 1780 o sucessor de D. José de Vasconcelos, D. Luís da Cunha Menezes, transferiu do aldeamento de Nova Beira 718** Javaé e KARAJÁ de ambos os sexos e de diferentes idades para São José***, uma vez que aí restavam apenas 157 AKROÁS e alguns índios de outras tribos. Ordenou também a construção da igreja que estava ainda nos alicerces e de um novo curral (MENEZES, 32:144).

* Dos quais a Real Fazenda contribuiu com 1.311 oitvas e o restante foi colaboração dos habitantes dos arraiais de Traíras, Meia Ponte, Vila Boa e Pilar (CHAIM, 12:119).

** (EHRENREICH, 17:21) diz que foi em 1782 e que vieram oitocentos Karajá e Alencastre (1:325) mais de oitocentos Javaé e Karajá. O mesmo número dá SILVA (43:102 e 193) que se baseia nos dados de Alencastre.

*** Afirma SOUSA (46:461) que alguns desses índios "aprenderam ofícios e se mostraram hábeis, principalmente as mulheres para coser e fiar."

Para ALENCASTRE (1:287) no ano seguinte de sua construção chegaram muitas aldeias de índios de tal modo que em pouco tempo viviam conjuntamente Akroá, Karajá, Javaé, Karijó, Naudóz e Xavante (Cf. SOUSA, 45:3; SILVA, 43:157-8; RAVAGNANI, 38:5, 37:77). Mais tarde foram transferidos do aldeamento Maria I alguns Kayapó que se juntaram aos demais e foram acusados de assaltar os comboios que transitavam a caminho de Cuiabá (MATTOS, 28:305 e BRASIL, 5:119) causando morte e roubando as mercadorias. Esses índios sobreviveram aos demais moradores.

Para SILVA (43:90-1) e SAINT-HILAIRE (42:109) em São José os Kayapó (os autores não se referem aos outros indígenas) eram fiscalizados por um destacamento militar formado por um comandante e 15 pedestres. Entre estes havia um serralheiro e um carpinteiro a serviço dos índios e do aldeamento. Consertavam as ferramentas dos Kayapó e os edifícios. Aqueles autores afirmam que os índios podiam ser castigados e competia ao comandante submetê-los ao tronco. Sob a inspeção dos pedestres, os Kayapó cultivavam em comum a terra. Trabalhavam cinco dias por semana e descansavam dois, no domingo e na quinta-feira*, quando caçavam ou plantavam inhame e batata.

O fruto do trabalho comunal exercido de segunda a sábado ficava no depósito do aldeamento e era utilizado pelas famílias de acordo com suas necessidades. Cabia ao comandante fazer a distribuição. Vendiam o excedente na cidade ou aos pedestres que eram obrigados a se nutrir por conta própria. Com o dinheiro obtido nessa transação o comandante comprava sal, fumo, tecido de algodão, instrumentos de ferro de demais implementos e distribuía aos índios. No aldeamento existia um monjolo, uma máquina de fiar algodão e 24 fusos. Uma mulata ensinava as mulheres a fiar, ganhando para isso 50\$000 por ano. (43:42).

Em 1809 D. Francisco de Assis Mascarenhas (MASCARENHAS, 27:67-8), ao passar o governo a seu sucessor, Fernando Delgado Freire de Castilho, aconselhou-o a conservar S. José de Mossâmedes. Embora tenha custado caro sua edificação, no momento "pouco ou nada com ele se despense". Diz que apesar da opinião mais comum ser de que os aldeamentos existentes devam ser abolidos, "contudo, pelo contrário será sempre o meu parecer, pois que as ditas aldeias... podem fornecer por um pequeno interesse a gente suficiente para a tripulação das canoas que navegam para o Pará; esta gente é a melhor que se conhece para o serviço dos rios (...) e povoar os novos presídios que se houverem de criar sobre as margens dos rios Araguaia e Maranhão, sendo quase impossível achar outra gente mais capaz e de constituição mais análoga aos trabalhos e clima daquelas paragens".

Por volta de 1819 visitou-o SAINT-HILAIRE (42:100, 111) e lamentou a saída dos jesuítas. Disse que os pedestres eram totalmente despreparados para cuidar dos índios e que os exploravam. Por isso fugiam continuamente, eram capturados e, descontentes, tornavam a fugir. Sobre suas plantações disse que ficavam uma légua distante do aldeamento, em frente à serra Dourada. Aí estava a maior parte de suas casas, dispersas

* SILVA (43:90-1) diz ser domingo e segunda-feira. Este autor transcreve SAINT-HILAIRE.

entre as árvores, cobertas de sapé, pequenas e baixas, construídas de bambus e folha de palmeira, sem janelas e com uma entrada muito estreita. No interior havia pedras que serviam de fogão, cestas e alguns girais que tinham apenas a largura do corpo. Nas plantações encontrou várias mulheres índias colhendo milho sob a inspeção de dois ou três pedestres.

Nesta mesma época já iniciara em São José de Mossâmedes a miscigenação SAINT-HILAIRE (42:114, 119) viu crianças filhas de mulher Kayapó e pai mulato. Contou que os portugueses haviam transmitido doenças venéreas para os Kayapó. E como não tinham onde se tratar parece que isso contribuiu para destruí-los. Também tinham sido atacados havia poucos anos por uma epidemia de sarampo, quando em plena febre iam banhar-se no rio, morrendo desse modo mais de 80. Observou que nenhum índio apresentava papeira, característica dos habitantes de Vila Boa.

Quanto à catequese (42:120), com exceção de alguns poucos velhos aos quais não foi possível ensinar as rezas – mesmo as mais curtas e algumas respostas do catecismo – “todos os índios da aldeia receberam o batismo; casavam-se perante o seu pároco, e alguns mesmo se confessava”. O padre responsável por sua cristianização só aparecia aos domingos para dizer missa e permanecia o tempo todo no engenho de açúcar de sua propriedade, localizado a duas léguas de distância. No aldeamento os índios líderes recebiam os títulos de coronel, capitão e alferes dados pelos portugueses. Aprendiam a construir casas, cultivar a terra e fiar o algodão.

Quando SAINT-HILAIRE esteve em São José os Akroá, Javaé e Karajá não existiam mais. E havia Kayapó porque traziam frequentemente de suas aldeias novas levas. Esta incumbência era de Damiana da Cunha, a pessoa mais venerada do aldeamento. Era “neta de um cacique e viúva de um sargento de pedestres, ao qual esteve confiado o governo da aldeia durante muito tempo”. Naquela época Damiana se preparava para outra viagem. “Dona Damiana formara tenção de ir buscar dos matos os Kayapó da aldeia que tinham fugido, e trazer, ao mesmo tempo, grande número dos seus compatriotas ainda selvagens. Obtivera do capitão-general a permissão de se ausentar por três meses e esperava partir em breve. Manifestei-lhe minhas dúvidas sobre o êxito dos seus projetos. Eles me respeitam muito, respondeu-me ela, para não fazerem o que eu lhes ordenar”* (42:124).

Duas léguas adiante de São José mas ainda em suas terras se localizava a chamada Fazenda d'El Rei, de propriedade do soberano. Possuía duas pequenas casas onde moravam dois pedestres e um Xavante que cuidavam do rebanho composto de 400 bois. “Quando o governador da província passava alguns dias entre os índios da aldeia, o que fazia algumas vezes, a Fazenda d'El-Rei lhe fornecia o gado necessário ao consumo. De tempos em tempos mandava-se também um boi para os Kayapó.” (SAINT-HILAIRE, 42:127-9).

* Damiana da Cunha foi em busca dos Kayapó em 1828, 1829 e 1830 trazendo-os do rio Claro e alto Araguaia. Morreu em janeiro de 1831, assim que regressou de nova viagem (SAINT-HILAIRE, 42:124; ALENCASTRE, 1:99-100; BRASIL, 6:119).

A decadência de São José dos Mossâmedes não demorou. Em 1828, quando era seu diretor Manoel da Cunha Menezes – irmão de Damiana da Cunha – sua população era de 128 pessoas e “as construções estavam em completa ruína”. Em 1824 restavam “do antigo esplendor de S. José a igreja e mais uns três ou quatro pardieiros arruinados, em um dos quais reside o vigário da freguesia” (ALENCASTRE, 1:99-100). Referindo-se à mesma época EHRENREICH (17:21) diz: “Também a colônia de Mossâmedes não prosperou. No terceiro decênio do nosso século, Pohl encontrou o sítio em estado verdadeiramente deplorável.” Mas esta decadência já era anterior. Em 1813, quando o regente geral das aldeias José Amado Grehon fez uma inspeção, havia 129 habitantes. Transferiu então os Kayapó que estavam no aldeamento Maria I para lá. A população subiu para 267 pessoas (ALENCASTRE, 1:98).

No governo de Miguel Lino de Moraes, iniciado em 1827, “com o intuito de baratear os instrumentos empregados na agricultura, empreendeu o estabelecimento de uma grande fábrica de ferro na aldeia de São José de Mossâmedes, empresa que eram acionistas as pessoas mais influentes de Goiás.” (BRASIL, 6:119). O que demonstra a descaracterização do aldeamento. O decreto de 6 de julho de 1832, da regência, mandava “estabelecer no lago dos Tigres, na província de Goiás, um porto de embarque para o Pará e formar ali com os índios não civilizados, uma povoação com a denominação de – Porto Vermelho.” O artigo 2º dizia: “Feita a escolha deste lugar serão mandados para ele e aí aldeados todos os índios não civilizados que estiverem nas aldeias de S. José de Mossâmedes e de Pedro III do Carretão.” (BRASIL, 7:13-4).

É possível que os Kayapó tenham sido transferidos para Porto Vermelho porque MOREIRA NETO (33:190) afirma: “Em 1835, a aldeia de São José de Mossâmedes encontra-se abandonada pelos índios Kayapó Meridionais que ali haviam sido reunidos.” E citando o relatório de 1835 do governador José Rodrigues Jardim diz: “Os índios Kayapó não voltaram mais à aldeia de São José, donde se retiraram em 1832.” Finalmente temos o depoimento de pe. Estevão Maria Gallais (GALLAIS, 21:75-6) “S. José de Mossâmedes tornou-se uma paróquia contando de 2.000 a 2.500 habitantes, dos quais aproximadamente 200, agrupados ao redor da igreja, formam o arraial propriamente dito. Chamam-lhe ainda aldeia, apesar de não contar mais índios.”

Aldeamento de Nova Beira

Entre as expedições que D. José d'Almeida Vasconcelos fez partir em 1774 a procura de ouro e índios para pacificamente entrar em contato, destaca-se a que saiu do arraial de Traíras. Era formada e custeada pelos habitantes do local e comandada pelo capitão José Machado. Seu destino eram as margens do Araguaia. Regressou após alguns meses sem ter encontrado ouro, mas reatou amizade com alguns índios do lugar. Segundo SILVA (43:100) e FONSECA (18:377) restabeleceu a paz com os Karajá e Javaé – da ilha que batizou do Bananal – que Antônio Pires de Campos havia quebrado mais de vinte anos

antes, quando atacou suas aldeias à traição. Neste ataque matou, prendeu e escravizou a muitos. Segundo FONSECA (18:378) ... “feito este estrago, apanhou muitos prisioneiros, que conduziu em correntes para seus cativos, sendo a língua que trazemos um da dita presa; passou a crueldade deste homem a mandar pelo caminho amarrar estes prisioneiros em árvores, fazendo dar-lhes por divertimento muitos açoites, dizendo que era para os fazer conhecer cativo. Pelas fazendas do sertão trocou muito desta gente por gado e cavalos”...

Animado com o fato, o governador expediu nova bandeira no ano seguinte comandado pelo alferes de dragão José Pinto da Fonseca*. Este entrou em contato com os Javaé e Karajá, trouxe alguns para Vila Boa e posteriormente os enviou para o aldeamento de Sant'Ana. No dia de Santa Ana, José Pinto da Fonseca mandou rezar missa na ilha e passou a chamar-lhe ilha de Sant'Ana (SOUSA, 46:457; FONSECA, 18:384). Em reconhecimento aos serviços prestados – tais como a conquista dos Karajá, Javaé e Xakriabá – o rei D. José conferiu-lhe o posto de capitão agregado à companhia de dragões (ALENCASTRE, 1:277).**

No ano seguinte, em 1776, outra bandeira partiu para o local. Era composta de 135 pessoas, entre as quais o ouvidor Antônio José de Almeida e o mesmo José Pinto da Fonseca. Tinha como objetivo descobrir o ouro do famoso Araés e Martírios e prosseguir o contato com os índios. Visitaram o aldeamento e criaram um presídio que recebeu o nome que José Pinto da Fonseca dera àquela região: São Pedro do Sul. Comandou-o o ajudante do regimento de cavalaria auxiliar Antônio José d'Almeida, ficando como inspetor geral o ouvidor Antônio José Cabral de Almeida.

Em 1777 este ouvidor preparou em Traíras nova expedição. O povo contribuiu com mantimentos para a manutenção dos soldados e colonos nos primeiros tempos do presídio. Partiu por terra sob seu comando com 140 bestas carregadas. Ao chegar na ilha de Sant'Ana, maravilhado com sua beleza, trocou-lhe novamente o nome chamando de Nova Beira a parte habitada pelos Karajá e Javaé (ALENCASTRE, 1:275-6; SILVA, 43:100-1; SOUSA, 46:457-8; EHRENREICH, 17:21).

Segundo ALENCASTRE (1:275-6) e SILVA (43:101) que o transcreve, parece que o velho chefe javaé Acabedu-Ani acompanhara José Pinto da Fonseca a Vila Boa porque quando o ouvidor Cabral passou pelo arraial do Cocal recebeu carta do governador e muitos brindes para os caciques do Araguaia. A carta anunciava a morte de Acabedu-Ani e instruí-a quanto a necessidade de influir na escolha do sucessor. Queria que fosse um amigo dos brancos e indicava o nome de Abinarê-Quê. Pedia também para solicitar o apoio do chefe carajá Aboé-Noná nesse mister. E o novo cacique foi o apontado pelo governador.

* Sobre esta viagem ver a interessante carta que escreveu ao governador e publicada duas vezes pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* com graves alterações (FONSECA, 18).

** José Pinto da Fonseca viveu longo tempo de sua vida como sertanista. Faleceu numa viagem fluvial à capitania de São Paulo, na cidade de São Carlos de Campinas (SILVA, 44).

Viviam em perfeita simbiose o aldeamento de Nova Beira – construído em 1775 – e o presídio. O primeiro, edificado pela Real Fazenda, custou 4:582\$196 réis (SOUSA, 46:494; CHAIM, 13:84). Não foi necessário fazer pacificação no local, visto que aquelas tribos eram pacíficas. Não havendo nenhuma riqueza em suas terras que interessasse aos colonizadores não houve invasão destes, apenas meras visitas anuais. E depois tanto o aldeamento como o presídio foram instalados no próprio local das aldeias, ou próximo delas. A interferência na cultura tribal foi pequena. O que interessava aos brancos – acima de tudo – era manter um bom relacionamento, pois pretendiam navegar pelo Araguaia e utilizar a mão-de-obra indígena (BAENA, 3:87).

Segundo CASAL (9:239) os Karajá e Javaé após o restabelecimento da amizade com os brancos continuaram os primeiros estabelecidos em suas seis aldeias e os Javaé em três, quase todas agora com nomes de povoações portuguesas: “Angeja, Seabra, de Carajás, perto da extremidade meridional da ilha, a primeira vizinha ao braço oriental, a outra perto do ocidental; Cunha, de Javaés, 10 léguas ao norte de Angeja e longe do rio; Anadia, de Carajás, 8 léguas ao norte de Seabra e perto do rio; S. Pedro, dos mesmos, e 5 léguas ao norte de Cunha, próxima à margem do rio; Ponte de Lima, de Javaés, no centro da ilha; Lavradio, 15 léguas ao norte de Anadia; Lamaçais, 13 para o setentrão, ambas de Carajás, na vizinhança do rio; e Melo, de Javaés, longe do braço oriental”. Diz FONSECA (18:388) que a população destas duas tribos era de 9.000 índios.

No presídio de São Pedro do Sul havia um destacamento de soldados pedestres e alguns moradores brancos. O objetivo era de mais rapidamente “civilizar” os índios e transformar o aldeamento em povoado para o benefício da navegação. O presídio zelava ainda por manter a amizade com os Karajá, Javaé e Xambioá; protegê-los dos ataques dos Kayapó e Xavante; fornecer-lhes ferramentos para suas roças e principalmente garantir a paz com esses índios, isolando deste modo os inimigos Xavante e Kayapó, visando suas futuras submissões. O diretor do presídio alferes José Machado d’Azevedo era também o comandante do destacamento (DOLES, 16:27; CHAIM, 12:62, 121; MENEZES, 31:133).

Pouco tempo duraram o aldeamento e o presídio. Tanto BRASIL (6:82) como ALENCASTRE (1:325) são unânimes em afirmar que a causa da decadência foi a transferência de 800 Karajá e Javaé para São José de Mossâmedes, no governo de D. Luís da Cunha Menezes. Alencastre diz que desse modo se destruiu “um dos presídios que mais prometia prosperar pela sua vantajada localização e uma das futuras garantias da navegação do Araguaia”. Para EHRENREICH (17:21) a decadência foi devido à má administração econômica e segundo ele a ilha do Bananal voltou a ser tão desconhecida quanto antes. Em 1800 a comitiva de D. João Manoel de Menezes que viajava pelo Araguaia, ao passar pelo local apenas anotou em seu diário: “aportamos na Tapeia, ou antigamente Nova Beira chamada” ... (MENEZES, 30:188).

Aldeamento Maria I

O sucessor de D. José de Vasconcelos foi Lufz da Cunha Menezes. Após tentar reavivar a mineração com algumas entradas infrutíferas, se dedicou à pacificação do silvícola nos moldes da política pombalina. A população indígena nesta época já estava bastante dispersa, com muitos grupos destribilizados – cujos remanescentes vagavam pelas fazendas e residências urbanas como escravos – quando não estavam confinados nos aldeamentos. Outras tribos tinham sido abatidas e se refugiaram nas regiões que ainda não haviam despertado interesse econômico para que fossem exploradas. Como exceção restavam dois grupos – fortes e numerosos – e que ainda encontravam condições de revidar os ataques dos colonizadores apesar dos inúmeros assaltos dos bandeirantes e sertanistas. Eram os Kayapó ou Bilreiros e os Xavante.

A política adotada até agora com relação a essas duas tribos Jê era atacá-las de surpresa em suas aldeias com o objetivo de diminuir-las numericamente e atemorizá-las. Ao mesmo tempo em que se procurava isolá-las dos demais grupos indígenas. Chegara, no entanto, o momento de enfrentá-las. Quis D. Luís começar pelos Kayapó. Organizou uma bandeira comandada pelo cabo José Luís Pereira que à frente de cinquenta homens partiu do aldeamento de São José de Mossâmedes em 15 de fevereiro de 1780 em direção a suas aldeias.

Esta bandeira levava intérpretes e muitas ferramentas como presentes. Dirigiu-se para o alto Araguaia onde ficavam as principais aldeias. Cinco meses e seis dias depois regressou a Vila Boa com todos os seus homens, um velho Kayapó, seis guerreiros com suas famílias, num total de 86 pessoas. Foram recebidos com a maior ostentação, inclusive descargas de artilharia e mosquetaria. O governador e todo o seu estado-maior foram recebê-los em uniforme de gala. Pretendia-se com isso impressioná-los e mostrar a força e o poderio do colonizador. Permaneceram na capital e em São José de Mossâmedes 25 dias. Neste aldeamento modelo quis o governador que vissem como viviam os Karajá e outros índios aí residentes.

Em seguida, com muitos presentes, retornaram para suas aldeias acompanhados por José Luís. O velho Kayapó que de início não queria partir finalmente aquiesceu; mas chegando em Pilões não quis prosseguir. Permaneceu ali à espera de sua gente até início de 1781, quando chegou a primeira aldeia com 237 pessoas. Foram recebidos na capital com grande aparato. Outros grupos vieram mais tarde (ALENCASTRE, 1:315-8; SOUSA, 46:459-60).

Para alojá-los e de acordo com entendimentos com eles próprios D. Luís escolheu um local doze léguas afastado da capital e construiu um aldeamento a que deu o nome de Maria I, em homenagem à rainha. Ficava na margem do rio Fartura e foi inaugurado em 16 de julho de 1781. Um ano depois estavam reunidas quatro aldeias com 687 pessoas*, das quais 328 batizadas (ALENCASTRE, 1:315-8; BRASIL, 5:81-2; SILVA, 43:88;

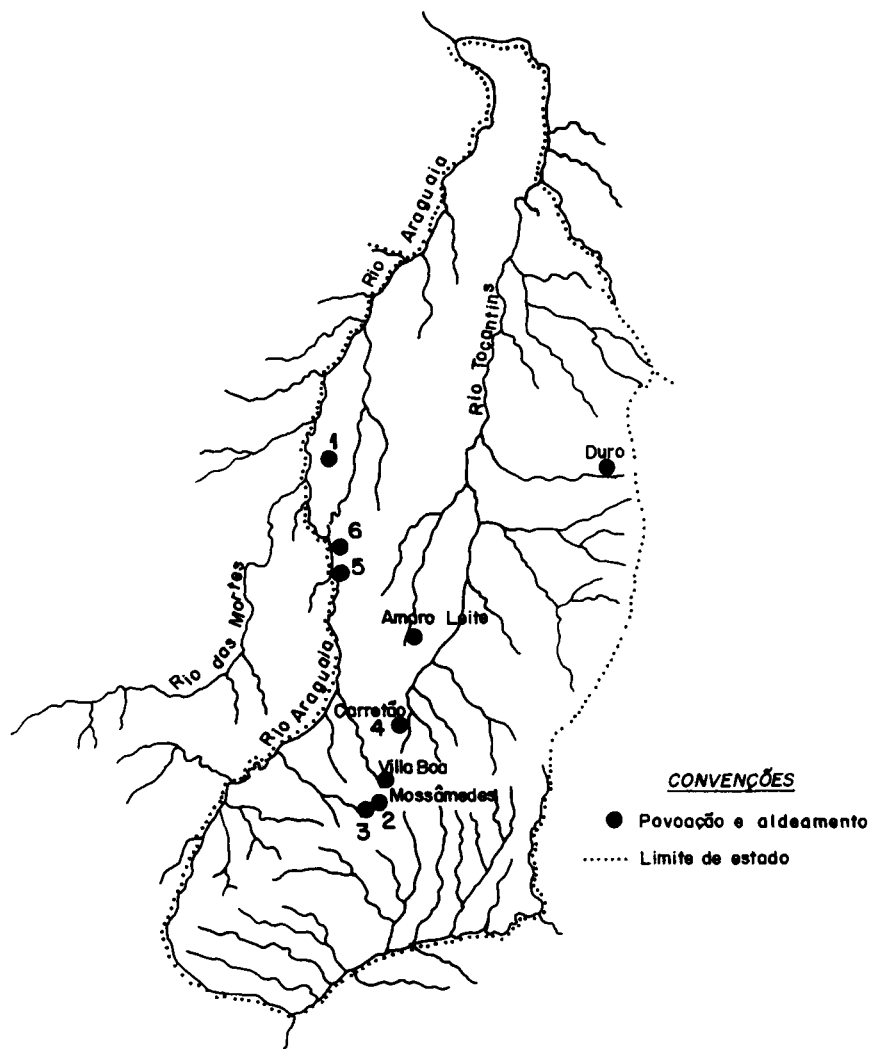
* BRASIL (6:81-2) fala em 867 pessoas.

DOLES, 16:27; SOUSA, 46:494). No início “se mostraram agradecidos aos benefícios, fiéis as suas promessas, e sem notável inclinação ao furto. Alguns aprenderam os ofícios, de que mais se carecia na colônia: as mulheres dentro de pouco tempo fiavam, teciam, e cosiam” (CASAL, 9: 236-7).

O aldeamento Maria I foi abandonado em 1813 e sua população transferida para São José de Mossâmedes que estava quase vazio devido à depopulação dos Javaé e Karajá que aí residiam. A mudança se deu porque este aldeamento ficava mais próximo da capital e por isso era mais econômico apesar da afeição que os Kayapó tinham pelo lugar. Permaneceu no local uma fazenda de criação de gado do governo (GALLAIS, 21:76; J. NORBERTO, 23:527-8; COSTA, 14:144; CASAL, 9:236-7; DOLES, 16:27 e 29; SAINT-HILAIRE 42:106).

Em 1813 o regente geral dos aldeamentos José Amado Grehon lá esteve para uma inspeção. Encontrou 138 habitantes e 129 em Mossâmedes. Em vista disso resolveu-se pela transferência dos Kayapó. Assim ficaram em São José de Mossâmedes 267 pessoas. Diz ALENCASTRE (1:98-9) que em Maria I foram demolidos os dois quartéis, o paiol e alguns edifícios e o material transferido para São José. Se é que houve demolição, não foi geral porque quando por lá passou SAINT-HILAIRE (42:133) o encontrou completamente abandonado: “servia de asilo a morcegos e insetos daninhos” e as construções que viu, como a casa do governador, a caserna e o celeiro eram grandes e belos, apesar de não guardarem simetria. Atrás desses edifícios é que ficavam as choupanas dos índios. Segundo CHAIM (12:226) existiam inicialmente a casa do regente, do vigário, o paiol, a casa da roda e prensa de farinha de mandioca, o telheiro ou casa dos carros e os quartéis dos índios.

Com a pacificação dos Kayapó e seu alojamento próximo a Vila Boa ficou “o sul da capitania livre dos ataques desses índios” (CHAIM, 13:82) o que deixa claro a função dos aldeamentos. Funcionavam como prisão para os índios ou confinamento para que a colonização pudesse espalhar-se sem limites. Para ALENCASTRE (1:314) as causas da catequese realizada por D. Luís da Cunha Menezes foram: “prazer em pacificar os ferozes Kayapó, desejo de aumentar a capitania, desejo de cumprir as ordens e instruções dadas por Martinho de Mello e Castro e parecer bem aos olhos da rainha Maria I”. Em outras palavras executar fielmente as ordens da metrópole.



Aldeamentos oficiais goianos – séc. XVIII – 2ª fase

1. Nova Beira (1.774-5)
2. São José de Mossâmedes (1.774)
3. Maria I (1.780-1)
4. Carretão ou Pedro III (1.784)
5. Salinas ou Boa Vista (1.788)
6. Estiva (?)

Esta, por sua vez, atenta à decadência da mineração se preparava para o novo ciclo econômico: a agropecuária. Para isto eram necessários mão-de-obra, vários núcleos populacionais espalhados e paz com os silvícolas. A pacificação e posterior alojamento desses grupos indígenas no interior – em aldeamentos que pudessem ao mesmo tempo transformar-se em futuros povoados e preparados os indígenas como mão-de-obra gratuita – era desejada e esperada pela coroa. Com esta visão realizou-se a segunda fase dos aldeamentos em território goiano.

Aldeamento do Carretão ou Pedro III

Com a submissão dos Kayapó que atacavam o sul da capitania restava submeter ao colonizador os Xavante – um dos últimos grupos hostis que ameaçavam os povoados do norte. Coube ao governador Tristão da Cunha Menezes executar esta tarefa. Com a decadência total da mineração, o empobrecimento dos arraiais e a acelerada ruralização da sociedade era necessário aumentar a população e para isso contava-se com os indígenas. A alegação de que em 1765 os Xavante acolhiam em suas aldeias negros foragidos das minas e os casavam com as índias (CHAIM, 12:124-5; MELLO, 29:89) me parece fantasiosa e mais um argumento do que um fato se considerarmos as circunstâncias: era preciso convencer o rei da necessidade da pacificação malgrado a pobreza da capitania.

O aldeamento do Carretão ou Pedro III foi construído para acolher os Xavante*. O próprio governador escolheu o local, na encosta da serra, denominado Carretão, próximo da margem esquerda do rio Carretão Grande, 22 léguas do norte da capital. Seu nome foi uma homenagem ao rei consorte (MATTOS, 28:245). Foi construído em 1784 e custou aos cofres públicos 24:652\$130 réis. “De um lado está o grande e sólido engenho de açúcar, o moinho de milho e, enfileiradas uma ao lado da outra, as moradas baixas do administrador e dos soldados. Do outro lado ao rio Carretão se acham as instalações dos índios, cerca de 30 barracas de barro cobertas de ervas, formando uma rua.” (POHL, 36:34). Diz SOUSA (46:462) que os índios daí se dedicaram à agricultura e viveram em abundância, dirigidos pelo ajudante Fernando José Leal, enquanto BRASIL (5:198-9) fala o contrário: “nada queriam da agricultura: a caça merecia os seus cuidados” ... Segundo RIBEIRO (41:65) eram “controlados por um estabelecimento militar vizinho”, possivelmente se referindo à outra margem do rio Carretão Grande onde ficavam as casas do administrador e dos soldados.

Os dados sobre sua população variam de 2.000 a 8.000 conforme os autores consultados. Para SOUSA (46:462) entraram 3.500 Xavante**; FONSECA (19:107-23) dá muitas informações erradas e fantasiosas a respeito do aldeamento desses índios e diz

* Sobre este aldeamento ver RAVAGNANI (37: 72-7; 38:5).

** Willy Aureli na obra *Terra sem sombra*, p. 33, diz ser 7.000, porém em *Sumauma*, p. 103-4, aumenta para 8.000 e em *Roncadour*, p. 106, dá 6.000. Este autor se caracteriza pela pouca seriedade com que trata os fatos.

que aí estiveram aos milhares: SILVA (43:102-7) diz ser mais de 3.000, repetindo informações de ALENCASTRE; ARTIAGA (2:120-2) 3.000; CASTELNAU (10:292-3) 3.000 ou 4.000; BRASIL (5:198-9) 5.000; GIACCARIA & HEIDE (22: 17-21) 3.000; RIBEIRO (41:65) uns 3.500; SOUSA (45:8) mais de 3.000; MOREIRA NETO (33:136) 3.500 e CHAIM (12:1265) 2.200. ARTIAGA (2:122) possivelmente explique dados tão variados quando afirma que em poucos anos a população do Carretão – como ficou conhecido – atingiu 5.000 habitantes porque acolheu muitos aventureiros e garimpeiros que viviam junto dos indígenas. RIBEIRO (41:65) e MAGALHÃES (24:8-9) dizem que também foram transferidos para lá índios Kayapó e Karajá.

A magnificência do Carretão como dos outros aldeamentos desta fase durou pouco tempo, pela decadência econômica da província. Já em 1809 D. Francisco de Assis Mascarenhas no dia da posse de seu sucessor escreveu: “Também merecerá alguma parte da atenção de V. E. no governo desta capitania a conservação das aldeias de índios de São José de Mossâmedes, Maria I, Carretão, Sant’Ana e suas anexas, as quais, se bem tenham custado em diversas épocas grandes somas à Real Fazenda, agora pouco ou nada com elas se despense e apesar de que a opinião mais seguida é que tais estabelecimentos devem ser abolidos, contudo, pelo contrário será sempre o meu parecer”... (MASCARENHAS, 27:67-8).

A decadência da mineração obrigou o reexame da política indigenista em curso. Falou-se inclusive no seu abandono. Os suntuosos aldeamentos mal podiam ser mantidos. Não foram extintos, mas lentamente abandonados. O governador argumentava que com a manutenção deles se obteria índios para tripular as canoas que demandavam o Pará ou para povoar novos presídios nas margens do Araguaia e Tocantins. E esforçava-se em mantê-los.

Em 1819 POHL (36:130) visitou o Carretão. Escreveu que “Atemorizados pelo tratamento grosseiro, imprudente e mau dos administradores dessa aldeia e convencidos, por repetidas provas, de que não se pensava em cumprir as promessas que lhes haviam sido feitas, voltaram à sua antiga vida nômade nas brenhas; apesar de já batizados, desde então não confiavam mais em nenhum branco, antes fugiam sempre que lhes era possível. Impetuosos, vingativos, dotados de memória muito fiel das ofensas e humilhações, como todos os povos selvagens, estes homens maltratados transformaram-se de compatriotas nos inimigos mais perigosos e figadais.” Também CASAL (9:338) se refere ao ódio que passaram a nutrir para com os cristãos.

Com relação a esse rancor direcionado ao colonizador, POHL continua afirmando que matavam todos que podiam e como represália, ao encontrar um branco, só poderiam esperar a morte ou a escravidão. Dos aldeamentos tinham profunda aversão. Encontrou no Carretão somente 227 habitantes, entre adultos e crianças, chefiados por um índio a quem chamavam de capitão. Porém, na realidade, quem dava ordens eram o administrador e seus soldados.

Reclamaram dos maus tratos, trabalhos pesados e extorsões. Trabalhavam três dias por semana para o rei, das oito às onze horas da manhã. Os homens plantando milho,

mandioca, tabaco, algodão e feijão e as mulheres fiando. Recebiam como pagamento feijão, farinha de milho e peças de vestuário. Chegavam do trabalho às 14 horas e de refeição comiam feijão preto e farinha de milho. Cada índio conduzia uma cuia e nela recebia sua ração de uma grande caldeira que ficava em frente da casa do administrador. Nos outros dias da semana trabalhavam para si, pescando, caçando ou plantando.

POHL (36:34-6) encontrou índios que possuíam vacas, galinhas e outros animais domésticos. O excesso de seus produtos era vendido e com o dinheiro angariado compravam espingardas, terçados, pólvora, chumbo, vacas, mantos etc. Estavam em pleno processo aculturativo. Chegaram crianças no aldeamento. Usavam roupa, falavam o português, freqüentavam com regularidade a igreja e pouco se lembravam da sua cultura. Tinham como hábito, ou exigência, reunir-se todos os dias antes de partir para o trabalho em frente da casa do administrador. Aí rezavam pai-nosso, ave-maria, credo, salve-rainha, os dez mandamentos e o confiteor e a seguir tomavam a bênção individualmente ao administrador. POHL esteve no Carretão durante quatorze dias o que explica sua minuciosa e valiosa descrição.

Em 1824 – cinco anos depois da estada de POHL no Carretão – MATTOS (28:245-6) encontrou sua população reduzida a 199 pessoas, não obstante a vinda de muitos Kayapó. Não existia mais gado e o engenho trabalhava pouco. Havia um capelão, mas a casa de oração estava uma imundície. Muitos índios tinham fugido e se unido aos que ainda eram hostis ao contato, transmitindo-lhes um terrível ódio aos brancos (BRASIL, 05:198-9).

Em 1832 um decreto imperial mandou transferir para Porto Vermelho todos os índios não civilizados dos aldeamentos de São José de Mossâmedes e Pedro III do Carretão. O artigo 7º dizia “A Junta da Fazenda fará vender em hasta pública os próprios nacionais das ditas duas aldeias.” (BRASIL, 6:13-4). Mas tudo leva a crer que saíram somente os Kayapó, porque no relatório do governador de 1835 (MOREIRA NETO, 33:190) consta que “Os índios Kayapó não voltaram mais à aldeia de São José, donde se retiraram em 1832” e do Carretão diz estar decadente, com poucos Xavante pacíficos embora outros grupos desta tribo continuem hostis. Em 1842 existiam mais de 100 habitantes que se dedicavam somente à caça. Pensou-se nesta época em utilizar estes Xavante pacíficos na conquista dos bravios que assolavam o norte da província. Se isso foi feito, não deu resultado porque os ataques continuaram até o final do século (APUD MOREIRA NETO, 33:197).

Em 1844 CASTELNAU (10:243-4, 235, 268-9) esteve no aldeamento. Encontrou poucos Xavante. A usina de cana estava em completo abandono. A direção estava nas mãos de um capitão-mor e uma mulher chamada Potência a quem os índios respeitavam muito. Castelnau atribuiu a depopulação a três causas: doenças, o costume de seguirem os tropeiros e o desgosto por não terem mais missionários. O próprio Castelnau trazia autorização do governador para levar consigo soldados da guarnição e alguns índios. Aliás, esta era uma das funções dos aldeamentos. Conduziu quatro remeiros daí e outros de Salinas.

A depopulação continuou. Em 1849 havia de 70 a 80 Xavante e Xerente. O governador não os transferia para São Joaquim de Jamimbu “pela necessidade de não despovoar o caminho entre a capital provincial e a vila do Pilar, sendo os índios obrigados a fazer plantações para consumo próprio e o abastecimento de viajantes que por ali transitam” (MOREIRA NETO, 33:213). Também serviam como remeiros aos que comerciavam com o Pará por via fluvial (BAENA, 3:104).

Em 1851 permaneciam ainda setenta habitantes daquelas tribos (MOREIRA NETO, 33 – Ap. Doc.). Quatro anos depois foram transferidos com autorização real pelo governador para a margem direita do rio São Patrício (BRASIL, 8:533). Em 1888 restavam somente uma ponte de madeira, casas arruinadas, um homem e duas mulheres mestiças. Por todo lado via-se mato e na mata encontravam-se alguns cafeeiros remanescentes (GALLAIS, 21:74-5; SOUSA, 45:9, nota 13). Foi o que sobrou do Carretão que tanto serviu aos brancos e nada às populações tribais – a não ser apressar sua destribalização e extinção. ALENCASTRE (1:337) escreveu que “Pedro III foi o último aldeamento que se extinguiu à força da maior incúria e criminoso abandono”.

Aldeamento de Salinas ou Boa Vista

Durante a submissão dos Xavante, Tristão da Cunha Menezes mandou construir o aldeamento de Pedro III ou Carretão para alojá-los. Quando porém soube que eram mais de 2.000 ficou preocupado. Consultou os deputados da Junta da Fazenda e resolveu dividi-los em dois grupos, cada qual residindo num aldeamento “tanto para bem da subsistência, como para lhe diminuir o orgulho, que lhe podia fomentar o seu grande número, formando-se a segunda aldeia nas Salinas, margem do rio Araguaia, distante da primeira 40 léguas, e com este projeto mandou S. Excelência fazer ali plantações, meter gados, e dar as mais providências para este novo estabelecimento.” (FREIRE, 20:17).

O governador despachou o capitão de dragões José Pinto da Fonseca para o Carretão. Seu encargo era tomar as medidas que se fizessem necessárias para receber e aldear os Xavante – como apressar o plantio e as construções a fim de assegurar sua subsistência. E ao sargento-mor da cavalaria Álvaro José Xavier, cabia esperá-los no lugar onde o caminho se bifurca para Salinas e lhes propor a divisão do grupo. Mas os indígenas não aceitaram. Argumentaram que Salinas era muito distante dos brancos, de clima ruim e infestado de mosquitos. Foram todos para o Carretão onde chegaram seis meses depois devido à marcha lenta que mantinham por causa dos velhos, crianças e doentes (FREIRE, 20:17-8).

Em 1788 foi construído o aldeamento de Salinas ou Boa Vista, numa região de campo, quatro léguas distante de Estiva. Tinha de vinte e cinco a trinta casas dispostas ao redor de uma praça quadrada. Ficava numa baixada próximo a um córrego, entre os rios Crixás e Araguaia. Além das casas existiam um engenho de açúcar, uma fazenda de gado cavalariço, um quartel do destacamento da tropa de linha, uma igreja e um rancho para

viajantes. As casas eram cobertas de folha de palmeira e algumas construídas inteiramente com esse material, com exceção do quartel que era coberto de telha (RAVAGNANI, 37:77-8; CASTELNAU, 10:258-9; SAINT-HILAIRE, 42:260-1).

Inicialmente foi habitado por Xavante vindos do Carretão. Em 1818 visitou-o D'ALINCOURT (15:78). Escreveu que sua população se compunha de várias famílias mas sem especificar a tribo, e que todos eram descendentes de um velho de mais de 100 anos, “que ainda governa o lugar, e que já tem netos de seus netos”... No ano seguinte esteve aí SAINT-HILAIRE (42:260-1). Achou-o pequeno, com oito ou dez choupanas, e uma população mestiça de pretos e índias, com muitas crianças e jovens. As mulheres eram muito férteis e se casavam cedo. Considerou a população mais feia e menos civilizada que a de Estiva. Eram agricultores e como a estrada atravessava o aldeamento facilitava o comércio de suas colheitas.

Conta SAINT-HILAIRE que a agricultura era de mutirão. Derrubavam o mato e posteriormente ateavam fogo. Cada agricultor solicitava a seus vizinhos para ajudá-lo nesses serviços e terminado “convida-os para uma refeição em que se bebe muita aguardente e termina por batuques”. Ele assistiu a um desses batuques e assim o descreveu: “Os índios de Boa Vista dançaram toda a noite, acompanhando-se de palmas e cantos graves que podiam parecer a ouvidos europeus antes dignos de um enterro de que um regozijo.” Afirma que em 1821 habitavam neste local 11 homens, 14 mulheres e 30 crianças, num total de 55 pessoas.

Em 1844 CASTELNAU (10:258-9) passou por Salinas. Disse que sua população era de 180 Xavante cristianizados e na sua maioria de sangue puro. Tinham cabelo negro, liso e comprido, aparado na testa e caindo atrás até os ombros. Durante sua estada um grupo Karajá do rio Araguaia composto por seis homens, cinco mulheres e algumas moças e crianças veio visitar o aldeamento. As duas tribos mantinham boas relações e permutavam arcos, flechas, araras etc. Ao partir Castelnau levou uma canoa cheia de Xavante como remeiros. Ficou impressionado com a miséria reinante no lugar (CASTELNAU, 11:197). MATTOS (28:246 e 261) diz que aí residiram Javaé junto aos Xavante, todos vindos do Carretão e que no distrito de Boa Vista fabricava-se muito sal de péssima qualidade, daí o nome do lugar. Em sua época existiam 76 índios aldeados.

Aldeamento de Estiva

Foi construído há duas léguas do aldeamento do Rio das Pedras, quatro e meia de Boa Vista e meia ao norte de Salinas. Não se sabe em que época. Era constituído de um rancho aberto em todos os lados destinado aos viajantes e 15 casas construídas sem ordem em torno de uma praça alongada. Disse SAINT-HILAIRE (42:257): “Desde muito tempo não vira nada tão belo como a posição desse povoado.” Ao lado corria o riacho Estiva. Também D'ALINCOURT (15:79) se impressionou com o local. “O pouso da Estiva é

lugar alegre e sadio, com vários moradores: há quintais em algumas casas com frondosas laranjeiras; todo o terreno aqui até ao rio Paranaíba é muito irregular”...

Segundo SAINT-HILAIRE (42:258-9), Estiva se originou do aldeamento do Rio das Pedras. Uma parte de seus habitantes se separou para dar origem a outro núcleo de povoamento no lugar chamado Piçarrão, oferecendo com isso mais um pouco aos viajantes. Ficava quatro léguas distante da estrada. Os colonos não ficaram satisfeitos com suas terras e aos poucos foram abandonando o local. Uma parcela se retirou para Estiva, onde em 1819 havia 11 famílias, e a outra se dirigiu para Boa Vista.

Em 1819 quando SAINT-HILAIRE esteve em Estiva os habitantes eram todos mestiços de negros com índias e fisicamente semelhantes aos do Rio das Pedras. Viviam do mesmo modo e falavam a língua geral. Eram agricultores. Durante sua estada chegou um lavrador vizinho com alguns burros carregados de salsicha, carne de porco salgada, aguardente e rapadura. O que não vendeu trocou por fio de algodão e pele de veado. Em 1821 a população era de 20 homens, 23 mulheres, 31 crianças, num total de 64 pessoas.

Bem mais tarde, em 1863, o governador MAGALHÃES (26:122-3) visitou o aldeamento. Nesta época estava sob a direção do capuchinho frei Segismundo de Taggia e contava com 200 habitantes entre Xavante, Karajá, dois canoeiros e alguns brancos. Escreveu que “Os Karajá que aí existem estão ainda em toda a selvageria com que vieram do mato; conservam-se nus e vivem da caça e da pesca.” (RAVAGNANI, 37:78). O que demonstra que ainda funcionava, recebendo novos contingentes populacionais.

Com a fundação de Estiva encerrou o período que considereí como sendo a segunda fase dos aldeamentos oficiais na província de Goiás, iniciada com a criação de São José de Mossâmedes em 1774. Durou 13 anos – se considerarmos o término em 1788, data da edificação de Salinas – uma vez que se ignora a de Estiva. Suponho que deva ser contemporâneo daquele. Com esta fase findam também os aldeamentos do século XVIII.

Foi dito que os seis aldeamentos desta fase se caracterizaram pela suntuosidade reproduzindo São José de Mossâmedes. À primeira vista pode parecer contraditório o fato de o fausto coincidir com a decadência da mineração, enquanto a primeira fase – que foi de 1741-51 e também com seis aldeamentos – tenha se evidenciado pela simplicidade em pleno apogeu desse ciclo. No entanto é notório que o indígena nunca foi, em tempo nenhum para os colonizadores, um fim em si. Essa etnia foi sempre manipulada visando os interesses do capital aqui investido. A colonização – como frente de expansão do capitalismo europeu – usou o índio tanto quanto outras etnias e os próprios europeus despossuídos de capital. Dela se beneficiou apenas a classe dominante.

Desse modo, durante a primeira fase, a mão-de-obra indígena na mineração foi desnecessária. A finalidade dos aldeamentos era manter o índio pacífico confinado. Dos hostis cuidavam os bandeirantes, matando, escorraçando, expulsando para regiões distantes, aprisionando os remanescentes e entregando-os aos aldeamentos. Limpavam assim o território. Já na segunda fase a situação econômica era outra. A mineração entrara em decadência. A corte portuguesa, com marquês de Pombal à frente, antevia que o futuro da colônia estava na agropecuária e no comércio com as províncias. E que este pela

grande distância entre elas e a falta de estradas deveria ser realizado por via fluvial, no que a colônia era rica.

Diante desta nova realidade econômica as relações com os indígenas se alteraram radicalmente. Para a navegação fluvial sua mão-de-obra era condição essencial. Conheciam profundamente os rios e a arte de remar. Além disso sabiam construir excelentes canoas e tirar da mata o sustento da tripulação. E tudo gratuito. E mais. Se as populações indígenas que neste período estavam refugiadas nas margens dos rios não se tornassem aliadas e amigas seria impossível pensar em navegá-los. Isso explica a mudança repentina da política indigenista portuguesa.

As instruções que chegavam de Portugal com referência aos indígenas, principalmente a partir do governo de D. José de Vasconcelos, deixavam estarecidos os colonizadores. Para quem estava acostumado a receber ordens para “limpar” ou “desinfestar” caminhos e regiões através de bandeiras bem armadas e municadas a mudança era brusca. As ordens eram no sentido de ir à selva com padres e índios mansos buscar os irmãos para viverem em comunhão com os colonizadores. O método deveria ser através da persuasão e da dádiva. O objetivo era tornar todas as tribos amigas e aliadas.

Também para pôr em prática esta política a mão-de-obra indígena era fundamental. Nunca se usou tanto uma tribo na conquista e pacificação de outra. Uma expedição composta por indígenas e comandada por brancos economizava em armas, mantimentos, munição, transporte etc. Era praticamente gratuita. E ninguém melhor do que eles para conhecer e conviver com a mata. À coroa cabia tão somente despende dinheiro para a construção dos aldeamentos. E deles mesmos saíam os habitantes em busca de outros. Antes as bandeiras se armavam e partiam dos arraiais; agora as expedições se formam e partem dos aldeamentos.

Falei da utilidade da mão-de-obra índia para a navegação. Mas ela foi proveitosa ainda na agropecuária. Em pouco tempo aprenderam a lidar com o gado e a agricultura. Na ruralização da sociedade que se seguiu à decadência da mineração os habitantes se espalharam pelo interior. Coube aos indígenas contribuir para o aumento do número de povoados e engrossar a população, bem como auxiliar no comércio entre esses arraiais e as províncias.

Por tudo isso é que se explicam as inovações encontradas na segunda fase dos aldeamentos e sua própria existência. Foram suntuosos porque deveriam ser embriões de futuras vilas. Sua localização visava os interesses dos colonizadores e os governadores pessoalmente escolhiam o local. Os prédios que os compunham e a disposição que ocupavam já eram urbanos: uma praça central, com igreja, quartel, ruas, ranchos para os viajantes, uma vez que deveriam auxiliar no comércio com pouso, fornecimento de alimentos, mulas e remeiros. Quanto mais povoados surgissem, melhor para a agropecuária e a navegação. A própria suntuosidade servia como atração de novas tribos.

A economia nestes aldeamentos era em parte semelhante à das missões jesuíticas. Era comunitária e os índios trabalhavam na agricultura, pecuária e criação sob a inspeção dos soldados pedestres. Estes existiam em todo aldeamento e sobre sua função D. Marcos

de Noronha diz: ... “a experiência que tenho de lidar com as aldeias de diversas nações me tem feito ver que nunca índio fez grande confiança de branco e isto sucede com os que estão civilizados, como não sucederá o mesmo, e ainda mais com esses que estão ainda brutos...” (CHAIM, 12:127). Durante o primeiro ano de aldeados a Fazenda Real os alimentava. Depois deveriam se auto-sustentar.

Quase sempre trabalhavam cinco dias por semana em áreas comuns. O produto do trabalho era armazenado sob o cuidado do comandante que fazia sua distribuição para as famílias de acordo com suas necessidades. Vendia-se o excedente nos povoados vizinhos. Com o dinheiro arrecadado compravam sal, fumo, instrumentos de ferro, enfim, tudo o que não produziam. Folgavam no domingo e na quinta-feira quando caçavam e pescavam.

No entanto, devido à mobilidade da população (tribos que chegavam, outras que eram transferidas, índios que fugiam) nem sempre a economia dos aldeamentos funcionou. E juntou-se a isto a má administração, cobiça e ignorância dos diretores que freqüentemente exploravam o trabalho indígena (CHAIM, 12:127-9).

RAVAGNANI, O.M. – Agriculture and cattle breeding and the indian settlements in Goiás. *Perspectivas*, São Paulo, 9/10: 119-143, 1986/87.

ABSTRACT: *The decadence of the mining cycle and the beginning of the rural settlement of the society. The Pombal politics and the confinement of the indian in fined areas. A second period of official confinement: São José de Mossâmedes, Nova Beira, Maria I, Carretão, Salinas ou Boa Vista e Estiva. The indians and the commercial capitalism in Goiás in the 18 th and 19 th centuries.*

KEY-WORDS: *Mining cycle; Pombal politics; official confinement; commercial capitalism; indians and colonizers.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCASTRE, J. M. P. de – Anais da província de Goiás. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 27: 5-186, jul/set; 27 (p.2):229-349 out/dez., 1864: 28: 5-167, jul/dez., 1865.
2. ARTIAGA, Z. – *Índios do Brasil Central*. Uberaba, Triângulo, 1943. 186 p.
3. BAENA, A. L. M. – Resposta ao Ilmo. e Exmo. Sr. presidente do Pará, Herculano Ferreira Penna. Datada do Pará, 11 de julho de 1847. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 10: 83-107, 1870.
4. BETRAN, P. – História econômica de Goiás – periodização (1726-1854). *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Goiânia, GO, 8 (7): 97-104, 1979.
5. BRASIL, A. – Cunha Mattos em Goiás – 1823-1826 – *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 150 (96): 183-251, 1927.
6. BRASIL, A. – *Súmula de história de Goiás*. Goiás, Imprensa Oficial, 1932, 154 p.

7. BRASIL. Leis e Decretos, etc. Decreto de 6 de julho de 1832. In: *Collecção das leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906. Pte 1. p.13-4.
8. BRASIL. Leis e Decretos, etc. – Repartição Geral das Terras Públicas. Aviso nº 6 do Presidente de Goiás, em 22 de setembro de 1855. Aprovando a mudança dos índios da Aldeia de Pedro 3º do Carretão para a margem direita do rio S. Patrício. In: *Coleção das decisões do governo do Império do Brasil*. 1855. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1855. t.18, cad. 1, p. 533.
9. CASAL, M. A. de, Pe. – *Corografia brasílica*. 2. ed. São Paulo, Edições Cultura, 1945. 2 v. (Série Brasílica).
10. CASTELNAU, F. – *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo, Ed. Nacional, 1949 v.1. (Brasiliana, 266).
11. CASTELNAU, F. – Relatório dirigido ao ministro de instrução pública pelo Sr. Castelnau, encarregado de uma comissão na América Meridional. 2. ed. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 7: 196-203, 1866.
12. CHAIM, M. M. – *Aldeamentos indígenas (Goiás 1749-1811)*. 2. ed. São Paulo, I.N.L./Fund. Nac. Pró-Memória, 1983. 232p.
13. CHAIM, M.M. – Hostilidade indígena. *Goiás Cultura*, Goiânia, 1 (1): 79-85, jan/jun., 1982.
14. COSTA, L. C. B. F. – O desenvolvimento das comunidades urbanas de Goiás. *Rev. Inst. Hist. Geogr. de Goiás*, Goiânia, GO, 6 (5): 129-163, dez. 1977.
15. D'ALINCOURT, L. – *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo, Martins Ed., 1976. 207 p. (Biblioteca Histórica Paulista, 8).
16. DOLES, D. E. M. – *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. São Paulo, USP/FFLC, 1972. (Tese – Doutorado).
17. EHRENREICH, P. – Contribuições para a etnologia do Brasil. *Rev. Mus. Paul.*, São Paulo, 2: 7-135, 1948.
18. FONSECA, J. P. da – Cópia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu... *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 8: 376-390, 1867.
19. FONSECA, S. da – Meus encontros com os Xavante. *Rev. do Arq. Mun.*, São Paulo, 142(18): 107-25, ago. 1951.
20. FREIRE, J. R. – *Relação da conquista do gentio Xavante, conseguida pelo Ilmo e Exmo Senhor Tristão da Cunha Menezes...* 2. ed. São Paulo, USP/FFCL, 1951. 19p. (Coleção Textos e Documentos, 1).
21. GALLAIS, E. M. O. P. – *O apóstolo do Araguaia*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1942. 285p.
22. GIACCARIA, B. & HEIDE, A. – *Xavante – povo autêntico*. São Paulo, Dom Bosco, 1972. 304p.

23. J. NORBERTO, S.S. – Biografia – Damiana da Cunha. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 24: 525-538, 1861.
24. MAGALHÃES, B. de – Algumas notas sobre os Cherentes. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 155 (101):5-30, 1928.
25. MAGALHÃES, J. V. C. de – *O Selvagem*. 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1935. 281p. (Brasiliana, 52).
26. MAGALHÃES, *Viagem ao Araguaia*. 5. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1946. 251p. (Brasiliana, 28).
27. MASCARENHAS, F. de A. – Carta escrita por ... no dia em que deu posse do gov... Datada de Vila Boa, Novembro de 1809. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 5:60-71, 1885.
28. MATTOS, R. J. da C. – Corografia histórica da província de Goiás. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 37 (p.1): 213-398, abr/jun 1874.
29. MELLO, J. M. de – Carta ao Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Datada de Vila Boa, 30 de março de 1765. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84: 88-90, 1918 (Subsídio para a história da capitania de Goiás).
30. MENEZES, J. M. de – Diário – 1800. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84: 171-94, 1918 (Subsídio para a história da capitania de Goiás).
31. MENEZES, L. da C. – Carta para a Corte em 1780. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84: 133-6, 1919 (Subsídios para a história da capitania de Goiás).
32. MENEZES, L. da C. – Carta a Martinho de Mello e Castro. Datada de Vila Boa, 9 de agosto de 1781. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84: 143-5, 1918. (Subsídio para a história da capitania de Goiás).
33. MOREIRA NETO, C. de A. – *A política indigenista brasileira durante o séc. XIX* Rio Claro, Fac. Filos. Ciências e Letras, 1971. 2 v. (Tese – Doutorado).
34. PALACIN, L. – *Goiás 1722 – 1822... Goiânia, Oriente/Departamento Estadual de Cultura*, 1972. 181p.
35. PALACIN, L. – Os três povoamentos de Goiás. *Rev. Inst. Hist. Geogr. de Goiás, Goiânia, GO*, 8 (7): 81-95, 1979.
36. POHL, J. E. – *Viagem no interior do Brasil...* Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951. v.2. (Coleção de Obras Raras, 3).
37. RAVAGNANI, O. M. – *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. São Paulo, Escola Pós-Graduada em Ciências Sociais da FESP., 1978. (Tese – Doutorado).
38. RAVAGNANI, O. M. – Eu te batizo... em nome da servidão: a catequese dos Xavante. *Rev. de Antropologia*, São Paulo, 1986 (No prelo).
39. RAVAGNANI, O. M. – Os primeiros “aldeamentos” goianos e a mineração (a ser publicado).

40. RAVAGNANI, O. M. – *Aldeamentos goianos em 1750: os jesuítas e a mineração* (A ser publicado).
41. RIBEIRO, D. – *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 495p. (Coleção Retratos do Brasil, 77).
42. SAINT-HILAIRE, A. de – *Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. 2 v. (Brasiliana, 78).
43. SILVA, C. N. e – *História de Goiás*. Rio de Janeiro, Mundo Médico, 1935. 2 v.
44. SILVA, J. C. da – Digressão que fez Caetano da Silva, natural de Meia Ponte, em 1817... *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 2: 322-9, 1916.
45. SOUSA, L. de – *Os Xavantes e a civilização: ensaio histórico*. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1963. 58p.
46. SOUSA, L. A. da S. e, Pe. – Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goiás. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 12(12):429-510, out/dez 1874.
47. VASCONCELOS, J. d'A – Cópia da carta dirigida ao Dr. Provedor da Real Fazenda da capitania de Goiás, nomeando-o Diretor Geral dos Índios. Data de Vila Boa, 15 de novembro de 1774. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.*, Rio de Janeiro, 84: 98-106, 1918 (Subsídios para a história da capitania de Goiás).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BALDUS, H. – *Bibliografia crítica de etnologia brasileira*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. Serviço de Comemorações Culturais, 1954. v.1.
- BALDUS, H. – *Bibliografia crítica de etnologia brasileira*. Hannover, Nünstermann, 1968. v. 2. (Editado por Hans Becher).
- BEOZZO, J. O. – *Leis e regimentos das missões*. São Paulo, Loyola, 1983. 220p.
- HARTMAN, T. – *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. Berlim, Reimer, 1984. v.3.
- RAVAGNANI, O. M.; MENENDEZ, M & GALLOIS, D. – *Índice etnográfico da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Em realização).